

Os antidepressivos e o jornalismo brasileiro: breve histórico de uma relação ciclotímica (1990-2010)

Ericson Saint Clair

Doutor; Universidade Federal Fluminense (UFF);
ericsonsaintclair@gmail.com

Resumo: O artigo investiga, em perspectiva historicizante, a abordagem midiática dos medicamentos antidepressivos. Empreendemos pesquisa empírica com a análise de 863 matérias do jornal *Folha de São Paulo* e da revista *Veja* entre as décadas de 1970 e 2010. Concentramo-nos na intrincada relação entre jornalismo e antidepressivos, sobretudo a partir dos anos 90, quando a depressão adquire relevância social na esteira do advento da psicopatologia descritiva, do sucesso das neurociências e do avanço da indústria de medicamentos. Descrevemos a construção discursiva midiática referente aos antidepressivos como ciclotímica: com exceção de um breve período na década de 90, os veículos analisados não simplesmente ratificam os ditames da indústria farmacêutica; eles selecionam, também, as diferentes informações de acordo com os pressupostos midiáticos de atenção à novidade e ao conflito, sem, no entanto, dar visibilidade aos meandros desta polêmica modalidade terapêutica.

Palavras-chave: Jornalismo científico. Análise do discurso. Antidepressivos. Depressão.

1 A depressão como atualidade

A chamada depressão é atualmente um grave problema de saúde pública. Os números alarmantes são recorrentes quando se trata do tema, e costumam chocar sempre que mencionados. A Organização Mundial de Saúde (OMS) calcula que aproximadamente 121 milhões de pessoas no mundo sofreriam do transtorno. Hoje, é a quarta maior causa de incapacitação, e estima-se que em 2020 será a segunda maior depois das doenças coronarianas. No Brasil, teríamos cerca de 10% da população acometidos pelo problema. Segundo estudo epidemiológico publicado em 2011 pela revista médica *BMC Medicine* (BROMET et al, 2011) afirma-se que o Brasil foi o campeão mundial de casos de Episódio Depressivo Maior (MDE, na sigla em inglês) nos últimos 12 meses anteriores ao fechamento da referida pesquisa.

Para completar este quadro, os antidepressivos são a quarta classe de medicamentos mais vendidos no país, perdendo unicamente para os anti-inflamatórios, analgésicos e contraceptivos. No período de 2005 a 2009, sua venda cresceu 44,8% no Brasil (GUIMARÃES, 2012).

A importância conquistada pela depressão nas últimas décadas suscita debates em diversos campos. Independentemente da perspectiva a que se adira – por exemplo, psicanalítica, sociocultural ou fundamentalmente biologizante – reconhece-se a relevância de três acontecimentos históricos recentes no destaque dado a este transtorno na contemporaneidade. O primeiro deles é o advento da **psicopatologia descritiva**, cujo marco encontra-se na publicação da terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-III), de 1980. O DSM-III alterou drasticamente o método de diagnóstico dos problemas mentais ao enfatizar a descrição dos sintomas no lugar da compreensão e contextualização dos mesmos (BEZERRA JR., 2007). Se, por um lado, contribuiu para uniformizar o olhar dos médicos em relação aos diagnósticos, por outro permitiu sua excessiva e contestável expansão. No caso da depressão, favoreceu em muito a interpretação de casos de tristeza comum como transtornos depressivos (HORWITZ; WAKEFIELD, 2007).

O segundo fator foi o avanço das neurociências a partir da década de 80, que erigiu todo um novo vocabulário fisicalista para descrição da depressão: o mais conhecido deles referente à hipótese de o transtorno ser fruto de um déficit químico de serotonina no cérebro. Mesmo passível de severas críticas em ramos de saber diversos (por exemplo, HEALY, 1997, 2004; HORWITZ; WAKEFIELD, 2007), tal teoria encontrou grande espaço para disseminação em um contexto atual de esvaziamento de abordagens explicativas que levem em consideração o contexto psicossocial na emergência dos problemas mentais.

Finalmente, o último fator refere-se ao *boom* da indústria de antidepressivos no final da década de 1980, com a chegada ao mercado dos inibidores seletivos de recaptação de serotonina (ISRS), cujo exemplo mais famoso é o *Prozac*, da fabricante Eli Lilly. Os ISRS prometiam ser mais eficazes que os antidepressivos então existentes, apresentando menos efeitos colaterais. Já na década de 1990,

porém, surgiram variados indícios de que sua eficácia talvez não fosse tão considerável quanto propagandeada. Em algumas perspectivas mais radicais, mesmo a existência de qualquer efeito destes medicamentos foi posta em dúvida (KIRSCH, 2010).

Uma primeira leitura vincularia automática e naturalmente os dados acima à atualidade midiática da depressão no Brasil. Em outras palavras, a presença material cotidiana deste instigante tema nos meios de comunicação de massa visando à suscitação de interesse da opinião pública seria fruto natural de um crescimento da preocupação social pelo transtorno. Embora a grande prevalência dos casos contabilizados de depressão seja um fator relevante para a sua midiatização, defendemos que o processo pelo qual este tema torna-se um produto de informação vai ao encontro de uma redefinição mais ampla do papel contemporâneo da mídia no gerenciamento das informações sobre saúde.

Este artigo apresenta alguns dos resultados de nossa pesquisa de doutoramento, defendida em março de 2012, na Escola de Comunicação da UFRJ. O trabalho se efetuou a partir da análise de 863 matérias do jornal *Folha de S. Paulo* e da revista *Veja* entre as décadas de 1970 e 2010, em que a palavra “depressão” em seu sentido psíquico foi mencionada. Segundo constatamos, teria havido uma profunda alteração do sentido hegemônico da palavra “depressão” na imprensa brasileira na década de 1990. A investigação de nosso material empírico permitiu-nos afirmar que, ao longo dos anos 1970 e 1980, “depressão” dispunha de um significado coletivo, predominantemente referente aos infortúnios advindos da situação político-econômico-social do Brasil. Este cenário foi modificado radicalmente nos anos 1990, quando passou a ser prevalecente o sentido da depressão como mal privado, um transtorno passível de ser abordado por instâncias técnicas como a Psiquiatria, a Medicina em geral ou modalidades terapêuticas alternativas. Longe de ser um tema de ampla concordância entre os diversos ramos de saber, a depressão mobiliza discussões relevantes entre campos tão distintos quanto os da Psicanálise e o da Psiquiatria biológica, para apenas citarmos os dois exemplos mais conhecidos. A observação dos arquivos de *Veja* e *Folha de S. Paulo* nos permitiu defender que a partir da década de 1990 os veículos em questão

passaram a funcionar como arena pública de transmissão de informações a respeito das pesquisas científicas divulgadas sobre depressão.

Parte crucial do interesse midiático pelo transtorno é tecida em torno das promessas da indústria de antidepressivos. É preciso salientar, no entanto, que dificilmente se poderá afirmar que a abordagem do relacionamento entre depressão e indústria farmacêutica na imprensa tenha caráter unidimensional. De fato, diante dos dados encontrados, não seria correto constatar que a imprensa apenas **subescreve** os ditames da indústria farmacêutica, bem como seria imprudente relatar o exato oposto, ou seja, que ela é **unicamente** crítica acerca da terapia química da depressão. O acompanhamento das matérias relacionadas ao tema nos últimos vinte anos permite-nos delinear, entretanto, momentos de intensificação de apoio a um desses pólos, cuja dinâmica resumiríamos da seguinte maneira: desconfiança inicial, euforia subsequente, novas críticas e, por fim, variação não-matizada entre os dois extremos.

Neste artigo, tratamos de especificar em detalhes este movimento. Tecemos um breve histórico desta conturbada e instigante relação entre antidepressivos e o jornalismo impresso, aqui representado por dois de seus maiores pilares: o jornal *Folha de S. Paulo* e a revista *Veja*, a cujos textos tivemos acesso por meio de pesquisa empírica em seus arquivos digitalizados.

2 Da desconfiança à euforia

No começo da década de 1990, percebe-se um curioso viés crítico das matérias analisadas quanto às promessas dos medicamentos antidepressivos, então uma novidade farmacêutica. Tal direcionamento crítico será logo superado pela euforia medicamentosa, mas deixou sua marca em reportagens cujos títulos evocavam propositada e, muitas vezes, ironicamente, o campo semântico da Psicanálise: “O ego químico”, “Divã químico”, “Dr. Prozac X Freud” são alguns dos títulos de matérias da época.

“Divã químico”, matéria de *Veja* de 1992, alertava sobre o abuso de

tranquilizantes que, como efeito colateral, geraria depressão. Em uma aposta que se mostrou depois equivocada, a reportagem elegia os tranquilizantes como Lexotan as drogas do século, reinado que seria em poucos anos disputado pelo *Prozac*:

Com todo o respeito à aspirina, à vitamina e aos florais de Bach: os anos 90 já elegeram sua droga. [...] Costuma andar em bolsas de griffe, mas também pode ser encontrada em mochilas de adolescentes ou nas sacolas de trabalhadores rurais. Custa pouco mais que um Big Mac e seus usuários garantem que ela tem o poder de transformar a vida em algo suportável quando sobra mês no fim do salário [...] (DIVÃ..., 1992, p. 57).

Em “O ego químico”, também na *Veja*, em 1993, encontramos matéria que problematiza o sucesso de vendas do *Prozac*, dando ênfase a seu uso indiscriminado por aqueles que desejariam apenas “alterar” a personalidade:

O Prozac tem sido descrito por alguns usuários como uma droga capaz de mudar a personalidade. O tímido se torna um sujeito com a desenvoltura de um vendedor de carros usados. Pessoas passivas tornam-se energéticas, donas de uma argumentação segura e sedutora. O perigo, no caso, é que num país como o Brasil, onde a venda de remédios é frouxa, o uso do Prozac se torne um problema de abuso (PIVETTA, 1993, p. 70).

Concomitantemente a essa desconfiança com relação aos medicamentos, a percepção de que haveria uma disputa acirrada entre as intervenções terapêuticas e as medicamentosas passa a ser uma possível fonte temática. A longa reportagem “Dr. Prozac contra Freud”, da *Veja* de 23 de Março de 1994, segue esta linha:

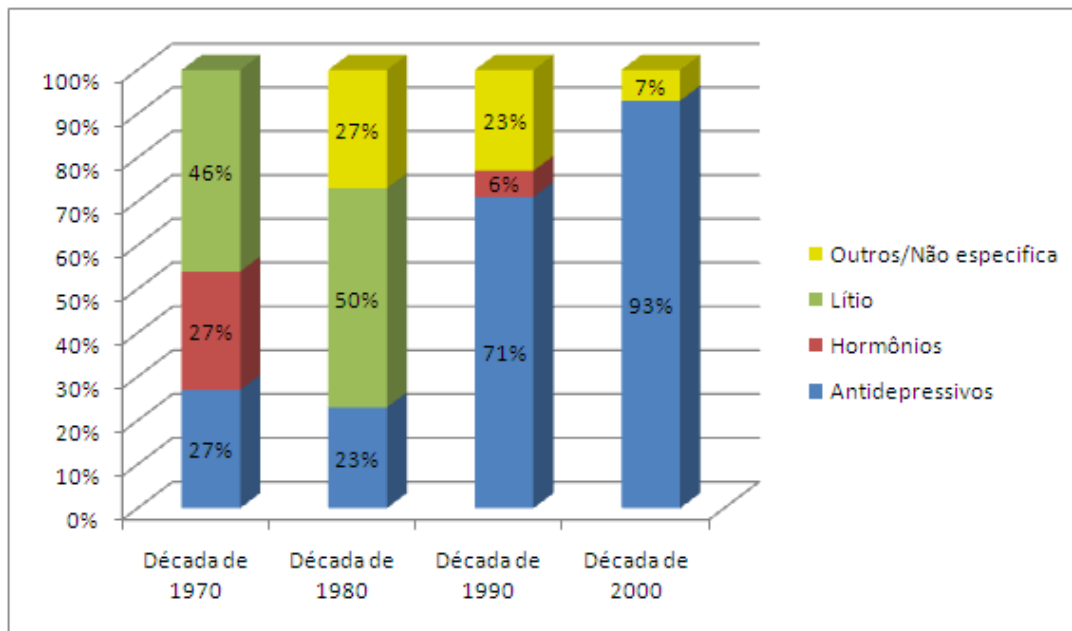
Nunca os neuróticos – todo mundo, segundo Sigmund Freud – tiveram à mão tantos recursos para se tratar. De um lado, a psiquiatria, com suas 46 drogas diferentes nas prateleiras das farmácias. De outro, a psicologia, com 400 modalidades terapêuticas, a psicanálise à frente, formando uma babel de tratamentos. Se a preferência recai sobre mergulhos de autoconhecimento, nada como a psicanálise, já que saber sempre foi melhor que não saber. Se a opção é um tratamento rápido e direto, então o caminho é a psiquiatria. Combinar as duas alternativas também pode. Difícil é escolher, ainda mais quando se está no meio de uma crise de depressão, ou de pânico, ou de ansiedade, ou de insônia. Ou então quando se está de luto, se perdeu o emprego, o namorado foi embora com uma sirigaita (CAPRIGLIONE, 1994, p. 50).

No que tange à polarização da discussão epistemológica entre terapias de cunho psicossocial ou medicamentoso, vemos aqui a materialização de um novo objeto de interesse jornalístico. Diante do pressuposto da existência de um leitor autônomo em dúvida acerca da melhor maneira de se gerir uma depressão, a mídia arroga-se o papel de explicar “didaticamente” todas as perspectivas em jogo para que, “livremente”, o leitor possa chegar a sua própria conclusão. Não se questiona, naturalmente, a própria condução de condutas (FOUCAULT, 1995) da mídia em esquematizar o campo de ações possíveis desses mesmos leitores.

No entanto, não seria correto tomarmos a reportagem acima como representativa do tratamento midiático da suposta contenda psicanálise *versus* psiquiatria medicamentosa. No começo da década de 90, não era incomum encontrarmos desmedidos ataques frontais do texto jornalístico à prática psicanalítica, tomada como insuficiente ou ineficaz diante das maravilhas da tecnologia farmacêutica. Tratou-se do período de euforia com relação às promessas da indústria de antidepressivos. Tal euforia explica-se em parte pela chegada ao mercado dos já mencionados antidepressivos ISRS, juntamente com o maciço investimento das companhias farmacêuticas na publicização de suas novas drogas (HEALY, 1997, 2004; GREENBERG, 2010). Na imprensa brasileira, notemos a visibilidade adquirida por estes medicamentos a partir dessa década especialmente:

Gráfico 1 - Principais fármacos mencionados pela Folha de S. Paulo

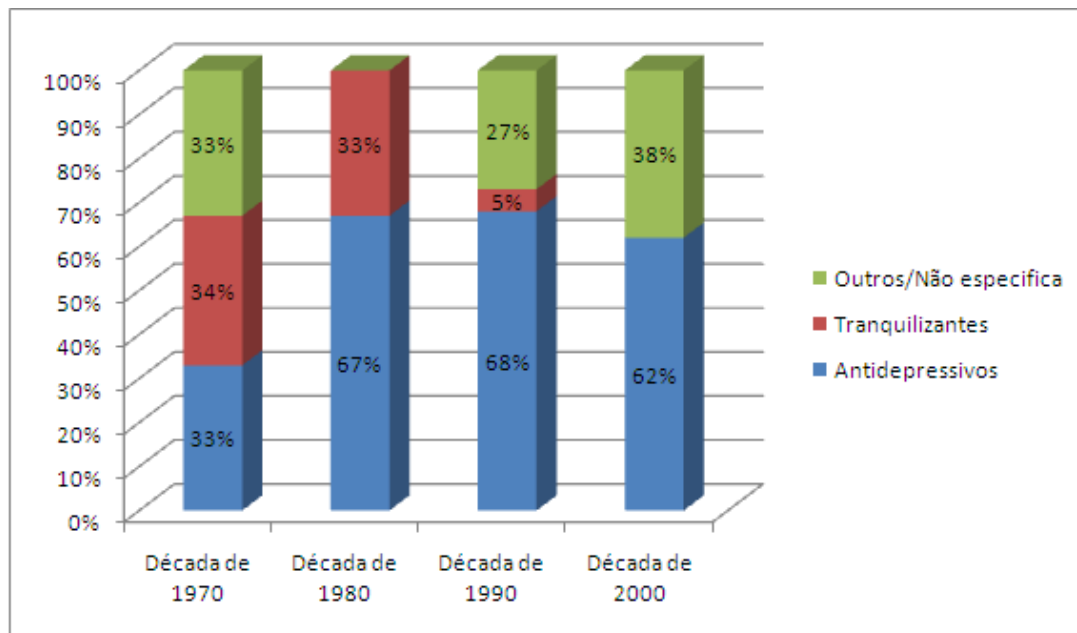
% do total de matérias que citam fármacos como tratamento preferencial, por década.



Fonte: SAINT CLAIR, 2012.

Gráfico 2 - Principais fármacos mencionados pela Veja

% do total de matérias que citam fármacos como tratamento preferencial, por década.



Fonte: SAINT CLAIR, 2012.

Na seção especial da *Folha* de 24 de Maio de 1991, denominada “Cérebro – a máquina evolui”, somos **informados** pela matéria “Novas drogas combatem depressão e ansiedade” de que

as terapias para doenças cerebrais avançam na proporção direta do progresso da neurociência. Novas drogas surgem contra depressão, ansiedade e até enxaqueca. Conhecendo-se mais da química nervosa, fica mais fácil fabricar medicamentos que se “encaixam” à perfeição do cérebro (PEREIRA JR., 1991, p. 7).

Na mesma *Folha*, no ano seguinte, uma manchete eufórica traz no caderno Cotidiano: “Medicina investe em arsenal contra angústia” (MEDICINA..., 1992, p. 1), com o “sutiã” “Pesquisas com drogas que agem sobre estados emocionais podem decretar ‘o fim da depressão e melancolia’”. No interior do caderno, temos a manchete: “Cientistas desvendam ‘química da alma’”, com o destaque “Médicos estudam como o corpo regula as emoções e substituem as psicoterapias por ‘coquetéis de remédios’”. A matéria abria seu parágrafo louvando que “depressão e ansiedade, melancolia e paranóia poderão ser apenas lendas no século 21.” (MEDICINA..., 1992, p. 1).

Mesmo quando as matérias apresentavam o contraditório (prática incomum na abordagem da depressão na imprensa), este contraditório surgia diluído no texto, perdido entre diversos outros parágrafos de loas à bioquímica da depressão, expressas ainda em manchetes chamativas como “A alma da química”, sobre serotonina, cuja reportagem iniciava-se com a seguinte frase na *Veja*: “Se existe uma substância no corpo humano que se pode chamar de molécula da felicidade, seu nome é serotonina.” (PASTORE, 1996, p. 74). Na edição seguinte, na seção de cartas, um leitor expressa, no tópico “Molécula da felicidade”: “Como estudante de medicina e também vítima de depressão, achei que a reportagem foi excelente pela abordagem clara e explícita. Os leitores puderam ter uma grande noção que só teriam depois de várias consultas médicas.” (MOLÉCULA..., 1996, p. 12).

Se há, por conseguinte, um período da imprensa recente brasileira de mitificação acrítica do tratamento por psicotrópicos para a depressão, **isso se deu**

por um período da década de 1990. Sustentamos que esse período de **completa** euforia, no entanto, durou apenas alguns anos. Na virada dos anos 1990 para os anos 2000, inicia-se a exploração dos perigos da medicação e de seus excessos.

Um dos pontos de destaque de nosso histórico é a reportagem da capa da *Veja* inteiramente dedicada ao tema da depressão, em 31 de março de 1999. A matéria de sete páginas cujo título era “A doença da alma” propunha-se a descortinar a depressão, a começar pela chamada da capa, que reforçava que “o mal já pode ser vencido com a ajuda de remédios” e o destaque, no interior da revista, que decretava, no embalo da euforia com os antidepressivos: “A depressão é o mal que mais ataca as mulheres e cresce entre os homens, mas já pode ser tratada com sucesso pela medicina.” (CARDOSO; LUZ, 1999, p. 94). Repleta de depoimentos e vivas à psiquiatria farmacológica, o texto trazia ainda trechos literários de “deprimidos clássicos” como Virginia Woolf e o Hamlet de Shakespeare, além do fatídico teste “Você está deprimido?” baseado indiretamente no modelo de descrições de sintomas do já mencionado DSM.

O recorrente caráter propagandístico da ciência é presenciado em trechos como “é bom saber que o tratamento eficaz da depressão nunca esteve tão próximo e acessível. Nos últimos dez anos o diagnóstico e o ataque médico à doença avançaram mais rapidamente do que em toda a história anterior da medicina.” (CARDOSO; LUZ, 1999, p. 95). Atentava ao problema do subdiagnóstico (“Nove em cada dez pessoas afetadas pela depressão não sabem que têm uma moléstia específica”), e dava pouca ou nenhuma oportunidade ao contraditório, que se encontra em momentos evasivos do texto como em “embora possa ser reduzida a um problema bioquímico e atacada com sucesso pelos remédios, será sempre um mistério.”.

Um psiquiatra consultado afirma que “se não fosse depressivo, um gênio como Hemingway teria escrito com a mesma qualidade, mas não teria cometido suicídio” (CARDOSO; LUZ, 1999, p. 100). Detentor da verdade e vidente do futuro do pretérito, o médico recebe então visibilidade midiática ao reforçar pressupostos que sabemos altamente problemáticos como o de **genialidade**, aqui rudimentarmente considerada como característica natural, tal como seria a cor dos

olhos, descolada da história pessoal e de vivências subjetivas gerais. Além disso, é curiosa a aplicação dos imperativos da produtividade a um escritor como Hemingway. Cinco anos após reportagens como “Dr. Prozac contra Freud”, que procuravam, mesmo diante das limitações do discurso jornalístico, matizar a discussão em torno da depressão, deparamo-nos com a reportagem de capa em questão, laudatória à psiquiatria biológica.

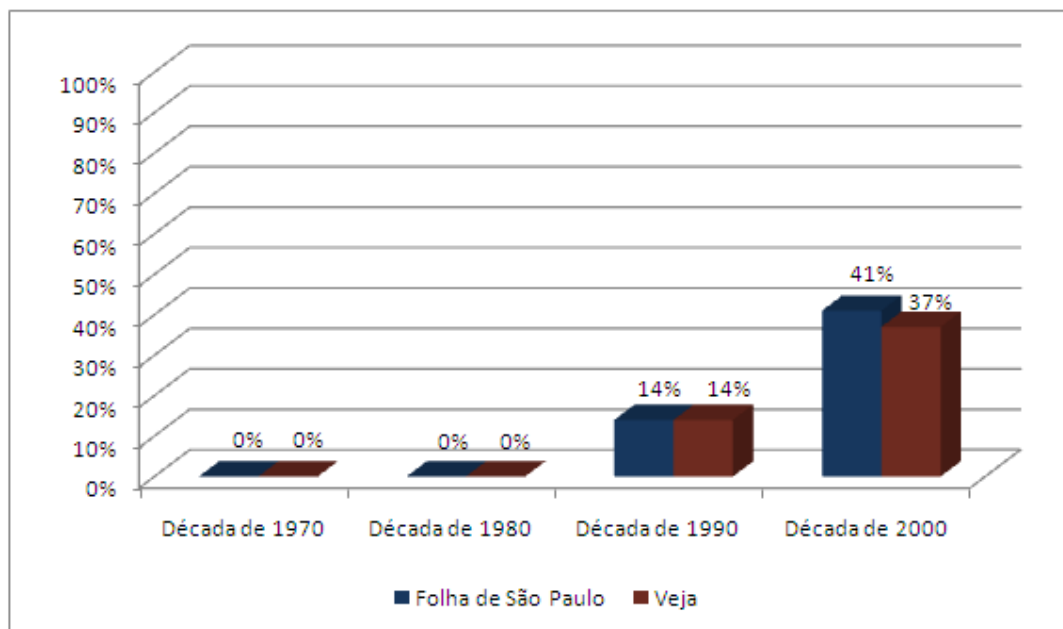
Mesmo assim, a referida matéria pode ter sido um dos últimos grandes destaques na imprensa à medicalização quase **absolutamente** acrítica do problema.

3 A ciclotimia midiática

A partir da década de 2000, passarão a compor o quadro da atualidade da depressão alguns aspectos críticos de sua farmacologia, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Crítica aos antidepressivos na Folha de S. Paulo e na Veja

% do total de matérias que mencionam antidepressivos como tratamento para depressão, por década.



Fonte: SAINT CLAIR, 2012.

Este será um processo descontínuo e heterogêneo de construção discursiva, contudo. Mesmo a crítica que surge como atualidade reforçará o caráter da ciência como legitimadora da verdade definidora da mediação do discurso científico pela imprensa. No caso da depressão, funda o que chamamos aqui de **relação ciclotímica**: matérias propagandísticas de novos medicamentos serão seguidas, algumas edições depois, por reportagens críticas à medicalização ou ao abuso de remédios, sem, porém, **tecer qualquer referência ao que fora publicado anteriormente pelo mesmo veículo**. Trata-se de uma estratégia discursiva, no sentido foucaultiano, em que o jogo discursivo não é necessariamente premeditado, mas é certamente efetivo, pois dispõe de uma racionalidade própria de construção. Por essa razão, consideramos “ciclotímico” o modo de tratamento da mídia com relação à farmacologia da depressão e o discurso psiquiátrico nos anos 2000.

O ano de 2004 foi significativo desse ponto de vista, com o relativo burburinho provocado pelo alerta formal aos médicos pela *Food and Drug Administration* (FDA) – órgão americano responsável pela aprovação de novos medicamentos – no que diz respeito à prescrição de antidepressivos para jovens. Tal recomendação deu-se após relatos de suicídios praticados por adolescentes que haviam administrado a medicação. Na reportagem “Sob suspeita”, de março de 2004, *Veja* sugeria: “Antidepressivos estariam levando jovens a cometer suicídio? Essa é a questão do momento” (SOB..., 2004, p. 65). No longo texto intitulado “Remédio amargo”, para o Caderno Mais!, da *Folha*, o destaque afirma que “a ‘Geração Prozac’ sofre seu maior revés quando vê questionada a segurança da classe mais célebre de antidepressivos, após estudos realizados pelos fabricantes virem à baila e revelarem influência no índice de tendências suicidas entre crianças e adolescentes.” (AMORIM, 2004, p. 4).

Em 5 de setembro de 2001, *Veja* incorporava a nova tendência de moderação da confiança nos antidepressivos. Com o título “Mais uma pílula da felicidade”, a reportagem tratava da chegada do *Ixel* ao mercado de medicamentos para a depressão. Destacava-se que “[...] sem o triunfalismo do *Prozac*, chega ao Brasil um outro remédio contra a depressão.” (BUCHALLA, 2001, p. 82). No corpo do texto, temos o seguinte trecho cuja leitura, se cotejada com o que descrevemos a respeito

do comportamento do mesmo veículo alguns anos antes, torna-se bastante singular, especialmente no trecho grifado:

Como o descompasso dos neurotransmissores é frequentemente fruto de decepções no plano pessoal, é importante que haja acompanhamento psicológico. Sessões de psicoterapia, no entanto, custam caro. Não bastasse a questão financeira, muitos relutam em deitar-se num divã, com receio de serem tachados de loucos. É um preconceito que precisa ser superado. A associação de medicação e análise costuma dar excelentes resultados – o efeito de uma potencializa o da outra. **Aliás, um desserviço aos que sofrem de depressão foi a falsa polêmica acesa por ocasião do lançamento do Prozac. Houve gente que, apenas para fazer barulho na imprensa, quis estabelecer uma oposição entre antidepressivos e psicanálise** (BUCHALLA, 2001, p. 84, grifo nosso).

O “barulho da imprensa” a que se refere o trecho destacado, a partir de então, será feito majoritariamente por meio da oscilação ciclotímica com relação aos medicamentos e, ainda, pela introdução do ideário da complementação da terapia com a medicação. Tratou-se de uma “pacificação” da contenda midiática, em uma resolução imaginada do conflito entre as duas áreas. Seguindo o modelo de legitimação materializada na mágica fórmula discursiva “pesquisas comprovam”, a *Folha* decretava na manchete que a “Ação conjunta é eficaz contra depressão”, em 13 de junho de 2004: “Uma pesquisa divulgada na semana passada nos Estados Unidos tornou cientificamente comprovado o que já era aceito como uma prática bem-sucedida no dia-a-dia das clínicas e consultórios que tratam pacientes jovens acometidos de depressão [...]”, dizia a matéria (CAVERSAN, 2004, p. C4).

Veja dedicou, também em 2004, uma capa à boa nova do final feliz consequente da “reconciliação” da medicação e das terapias acerca do tratamento mental (incluindo a depressão). Na capa “Medicina da alma” – “Psicólogos e médicos encontram o caminho para o equilíbrio mental combinando terapias e remédios” (LIMA, 2004, p. 116), presenciamos a curiosa imagem de uma mulher sorridente e “saudável” flutuando em uma enorme cápsula colorida de remédio. O que mais chama atenção no texto, entretanto, é sua referência crítica ao período “passado” de crença absoluta na neurociência e no *Prozac*:

Durante a “era Prozac”, houve quem decretasse que os males da mente eram unicamente uma questão química. Assim, todas as teorias psicológicas – a freudiana inclusive – estariam condenadas ao esquecimento. Seriam substituídas no futuro próximo por uma “pílula da felicidade”, que permitiria a abolição completa de todo tipo de angústia mediante a ingestão de um simples comprimido. A desilusão, no entanto, seguiu-se à euforia com os remédios psiquiátricos de última geração. Eles poderiam ser mais toleráveis, no sentido de ter menos contra-indicações. Não eram, no entanto, necessariamente mais eficazes do que os do passado. Os novos antidepressivos, por exemplo, não apresentam resultados em cerca de 20% dos pacientes (LIMA, 2004, p. 119).

Sete meses antes, no mesmo ano da publicação da reportagem acima citada, tivemos a matéria “Prozac foi só o começo” na mesma revista, celebrando então a chegada ao mercado do *Cymbalta*, novo medicamento antidepressivo. A novidade da vez agiria “mais rápido e com menos efeitos colaterais.” (BUCHALLA, 2004, p. 65). A concepção evolucionista da ciência encontra na produção de medicamentos uma adequada concretização para o modelo social vigente: o novo medicamento é sempre melhor que o anterior, curiosamente por ser “mais rápido e com menos efeitos colaterais”. Em um contrassenso flagrante, encontraríamos, como vimos, apenas alguns meses depois, menções à “era *Prozac*” como se esta ocorrera em um passado remoto. Nela, “[...] houve quem decretasse que os males da mente eram unicamente uma questão química.” (LIMA, 2004, p. 119). O que dizer, então, do seguinte trecho da matéria “Prozac foi só o começo”, meses antes?

Cerca de 70% das pessoas que tomam antidepressivos de qualquer classe relatam problemas sexuais. Os especialistas notam, agora, que essa diminuição da libido vem acompanhada da perda de habilidade para iniciar ou manter um romance em pacientes que se tratam com os remédios específicos para serotonina. Uma explicação plausível é que, ao aumentar as taxas da substância no cérebro, esses antidepressivos refreariam os impulsos amorosos. **Isso porque já está provado que baixos níveis de serotonina favorecem a paixão** (BUCHALLA, 2004, p. 65, grifo nosso).

Critica-se a eficácia do *Prozac* para sugerir um novo medicamento, ratificado no entanto pelas mesmas bases epistemológicas que justificaram o *Prozac* anos antes. Portanto, do mesmo modo que santificou a indústria farmacêutica e

ridicularizou a psicanálise, a imprensa passou também, a partir dos anos 2000, a explorar um novo filão para produção de atualidade jornalística: o alarmismo **irregular** referente aos riscos da medicação, ora absolutamente a favor, ora completamente contra.

“Estamos tomando remédio demais?”, indaga a manchete da grande reportagem de capa da *Veja* de 2005, sintomaticamente denominada “A verdade sobre os remédios”, e prossegue: “a indústria farmacêutica se esforça para fazer produtos cada vez mais seguros e eficazes. Mas há sempre os perigos da automedicação e os riscos inerentes aos próprios medicamentos.” (NEIVA, 2005, p. 62). Em um quadrinho intitulado “Um guia de uso dos remédios”, lemos que “não existe ‘a’ pílula da felicidade”, em que se critica o oba-oba com o *Prozac* nos anos 1990, como se este se tratasse de um fenômeno exterior à própria conduta midiática.

4 O jornalismo de saúde e o pressuposto didático

A centralidade do tema da saúde nos meios de comunicação vai ao encontro de um conjunto mais amplo de fatores histórico-culturais em curso desde, pelo menos, o século XIX. Anne-Marie Moulin sintetiza tal tendência em uma frase comparativa bastante curiosa: “se a palavra-chave do século XVIII era a felicidade, e a do século XIX a liberdade, pode-se dizer que a do século XX é a saúde.” (MOULIN, 2008, p. 18). No século XIX encontram-se as condições para a construção do olhar médico com o advento da medicina clínica, que tem como seu pressuposto mais relevante a dependência da observação médica das doenças na vinculação dos sintomas a lesões no tecido corporal (FOUCAULT, 2004). Esta premissa será responsável por trazer a ideia do corpo individual como foco prioritário da atenção médica desde então.

Juntamente a esta importante modificação das práticas de saúde, podemos citar, já no século XX, o recrudescimento das condições de saneamento básico, o impressionante avanço tecnológico dos instrumentos de visualização médica (dos raios-X aos atuais PET-scans), o surgimento da anestesia e de técnicas hospitalares em geral, bem como de novas modalidades de saber, tais como as

tecnologias cognitivas, a engenharia genética etc. Ademais, diante destas alterações, a medicina desviou consideravelmente seu foco prioritário das doenças infecciosas para as chamadas doenças crônicas (hipertensão, diabetes etc). Estas últimas requerem do indivíduo uma vigilância constante com relação a sua própria saúde (MOULIN, 2008).

Neste contexto, ascende com força a lógica do chamado risco epidemiológico. Não se distinguiria mais cuidar-se de tratar-se. Assiste-se assim ao ocaso da conhecida definição de René Leriche de que “a saúde é a vida no silêncio dos órgãos”, e que “a doença é aquilo que perturba os homens no exercício normal de sua vida e em suas ocupações e, sobretudo, aquilo que os faz sofrer.” (LERICHE apud CANGUILHEM, 2007, p. 57). Em seu lugar, espraia-se a compreensão da OMS desde 1949, qual seja: saúde é um “[...] estado de completo bem-estar físico, mental e social” (MOULIN, 2008, p. 18). A saúde como utopia, como ideal inalcançável, como Ideia platônica justifica uma série de intervenções em seu nome. Conceito abrangente e esperso, acaba por acionar sua difusão diária pelos meios de comunicação de massa, perpassa as conversações cotidianas e os menores lampejos de pensamentos de muitos de nós.

Deste modo, o papel da mídia na divulgação das pesquisas relativas ao risco em saúde adquire grande destaque. Em um cenário em que doentes e não-doentes devem gerir sua própria saúde de acordo com a lógica do risco epidemiológico, a difusão das pesquisas e dos tratamentos medicamentosos pelos meios de comunicação passa a ser parte de algo que poderíamos chamar de uma **terapia midiática do cotidiano**. Desde a década de 1990, no Brasil, abundam matérias neste sentido (LUIZ, 2006) como confirma o caso específico da depressão. Consideramos crucial, no entanto, analisar mais concretamente de que modo se tem dado esta mediação do discurso científico para o discurso midiático. É preciso levar em consideração os limites (econômicos, simbólicos, políticos) deste na produção de reportagens que, muitas vezes, são consideradas como a própria voz de uma ciência tomada como um campo de saber neutro, em evolução permanente e sem conflitos. Como afirmou a jornalista Mônica Teixeira, “Jornalismo sobre ciência é jornalismo: é preciso dizê-lo porque, no debate a respeito do assunto, toda a atenção dos

interessados concentra-se no ‘científico’ da expressão jornalismo científico.” (TEIXEIRA, 2002, p. 133).

5 Considerações finais

O relacionamento da indústria de medicamentos antidepressivos com a imprensa dificilmente poderia ser reduzido a uma mera fórmula explicativa. Procuramos mostrar neste breve artigo que a mediação do discurso científico na imprensa suscita a formação de um olhar complexo para além de posturas dogmáticas que tenderiam a atrelar as matérias jornalísticas ao papel de simples difusoras de “interesses da indústria”. Isto não implica, por outro lado, deixar de levantar questões pertinentes acerca do poder midiático.

No caso da relação mídia, depressão e antidepressivos, percebe-se, desde a década de 1990, uma sinuosa e variável seleção dos referidos temas por parte dos veículos de acordo com critérios de novidade e conflito (LUHMANN, 1992), sob o invólucro de um pressuposto unicamente didático e informativo. Desta forma, não haveria indícios seja de uma exclusiva adesão acrítica aos pressupostos da indústria farmacêutica seja de uma profunda visão crítica quanto aos fármacos. De fato, encontramos mais fortemente a visibilidade de notícias que podem ser aproveitadas segundo critérios próprios de **captação** necessários a qualquer aparato midiático (CHARAUDEAU, 2010). Como pano de fundo, ratifica-se uma determinada visão de ciência como *locus* por excelência de produção de verdades, que caminha evolutivamente, sem espaço para questionamentos.

Defendemos que os mecanismos deste poder discursivo, as minúcias desta tessitura, o levantamento de pequenas estratégias móveis e múltiplas só podem ser investigados na esteira de pesquisas de caráter empírico. Talvez mais profícuo do que unicamente repetir como um *slogan* que a “imprensa exerce poder” seria perscrutar os meandros destes exercícios variados de poder. *Como* se estruturam as relações deste poder discursivo midiático com as práticas científicas? Como pensar poderes para além de equipes que planejam sua racionalidade? Cartografar uma

microfísica dos poderes midiáticos: é neste sentido que se direciona nosso *ethos* de interrogação.

Referências

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

AMORIM, Cristina. Remédio amargo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 2004. Mais!, p. 4-8.

BEZERRA JR., Benilton. Da contracultura à sociedade neuroquímica: psiquiatria e sociedade na virada do século. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NEVES, Santuza Combraia (Org.). **Por que não? Rupturas e continuidades da contracultura**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

BROMET et al. Cross-national epidemiology of DSM-IV major depressive episode. **BMC Medicine**, v.9, 2011. Disponível em: <http://www.biomedcentral.com/content/pdf/1741-7015-9-90.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2012.

BUCHALLA, Anna Paula. Mais uma pílula da felicidade. **Veja**, São Paulo, n. 1716, 5 set. 2001. Saúde, p. 82-84.

_____. Prozac foi só o começo. **Veja**, São Paulo, n. 1853, 12 maio 2004. Medicina, p. 65-66.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CAPRIGLIONE, Laura. Dr. Prozac contra Freud. **Veja**, São Paulo, n. 1332, 23 mar. 1994. Comportamento, p. 50-58.

CARDOSO, Maurício; LUZ, Sérgio Ruiz. A Doença da alma. **Veja**, São Paulo, n. 1591, 31 mar. 1999. Especial, p. 94-101.

CAVERSAN, Luiz. Ação conjunta é eficaz contra depressão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2004. Cotidiano, p. C4.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

DIVÃ químico. **Veja**, São Paulo, n. 1239, 17 jun. 1992. Medicina, p. 57.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. O Sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GREENBERG, Gary. **Manufacturing depression: the secret history of a modern disease**. New York: Simon & Schuster, 2010.

GUIMARÃES, Ligia. Venda de antidepressivos no Brasil cresce 44,8% em 4 anos, diz pesquisa. **G1 Economia e Negócios, Medicamentos**. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1411781-9356,00-VENDA+DE+ANTIDEPRESSIVOS+NO+BRASIL+CRESC+EM+ANOS+DIZ+PESQUISA.html>. Acesso em: 9 jan. 2012.

HEALY, David. **The Antidepressant era**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

_____. **Let them eat Prozac: the unhealthy relationship between the pharmaceutical industry and depression**. New York : New York University Press, 2004.

HORWITZ, Allan V.; WAKEFIELD, Jerome C. **The Loss of sadness: how psychiatry transformed normal sorrow into depressive disorder**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

INFÂNCIA dopada. **Veja**, São Paulo, n. 1396, 14 jun. 1995. Saúde, p. 66-67.

KIRSCH, Irving. **The Emperor's new drugs: exploding the antidepressant myth**. New York: Basic Books, 2010.

LIMA, João Gabriel de. O Equilíbrio do cérebro e da alma. **Veja**, São Paulo, n. 1882, 1 dez. 2004. Especial, p. 116-124.

LUHMANN, Niklas. **A Improbabilidade da comunicação**. Lisboa: Vega, 1992.

LUIZ, Olinda do Carmo. **Ciência e risco à saúde nos jornais diários**. São Paulo: Annablume, 2006.

MEDICINA investe em arsenal contra angústia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 nov. 1992. Cotidiano, p. 1.

MOLÉCULA da felicidade. **Veja**, São Paulo, n. 1432, 21 fev. 1996. Cartas, p. 12.

MOULIN, Anne Marie. O Corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alain et al. **História do Corpo: as mutações do olhar: o século XX**. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 3.

NEIVA, Paula. Estamos tomando remédios demais? **Veja**, São Paulo, n. 1890, 2

fev. 2005. Especial, p. 62-77.

PASTORE, Karina. A Alma da química. **Veja**, São Paulo, n. 1431, 14 fev. 1996. Saúde, p. 74-77.

PEREIRA JR., Álvaro. Novas drogas combatem depressão e ansiedade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 maio 1991. Ciência, p. 7.

PIVETTA, Marcos. O Ego químico. **Veja**, São Paulo, n. 1316, 1 dez. 1993. Medicina, p. 70.

SAINT CLAIR, Ericson. **A Depressão como atualidade midiática no Brasil contemporâneo: fazendo o arquivo falar (1970-2010)**. 2012. 254 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Comunicação, PPGCOM-UFRJ. Rio de Janeiro. SINAL de alerta. **Veja**, São Paulo, n. 1536, 4 abr. 1998. Medicina, p. 65.

SOB suspeita. **Veja**, São Paulo, n. 1847, 31 mar. 2004. Medicina, p. 65-66.

TEIXEIRA, Jerônimo. A Mente como campo de batalha. **Veja**, São Paulo, n. 1976, 4 out. 2006. Medicina, p. 130-132.

TEIXEIRA, Mônica. Pressupostos do jornalismo de ciência no Brasil. In: MASSARANI, Luisa et al. **Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ, 2002.

Antidepressants and Brazilian journalism: a brief history of a cyclothymic relationship (1990-2010).

Abstract: The paper investigates, in a historicizing perspective, the media approach of antidepressant medications. We employed empirical research with the analysis of 863 subjects of the newspaper Folha de S. Paulo and Veja magazine from the 1970s to the 2010s. We focused on the intricate relationship between journalism and antidepressants from the 90s, when depression acquires social relevance in the wake of the advent of descriptive psychopathology, the success of the neurosciences and the advancement of the pharmaceutical industry. We describe the construction of discursive media related to antidepressants as cyclothymic: except for a brief period in the 1990s, the vehicles analyzed not simply ratify the dictates of the pharmaceutical industry, they select different information according to the media assumptions of newness and conflict without, however, give visibility to the intricacies of this controversial therapy.

Keywords: Science journalism. Discourse analysis. Antidepressants. Depression.

Recebido: 28/03/2012

Publicado: 25/07/2013

